

Sobre a tradução dos nomes próprios – algumas reflexões

A Reflection on Translation Proper Nouns

LUÍSA BENVINDA PEREIRA ÁLVARES*

PALAVRAS-CHAVE: Nome Próprio, Tradução, Topónimos, Antropónimos.

KEYWORDS: Proper Nouns, Translation, Place-Names, Person-Names.

0. Introdução

Aparentemente, os nomes próprios parecem representar uma situação facilmente resolúvel em tradução: na medida em que estabelecem uma ligação exclusiva com um referente extralinguístico (e distinguindo-se assim dos nomes comuns, que representam o conceito comum a uma classe de objetos), não se traduzem, antes são transpostos tal e qual do texto-fonte para o texto de chegada, operando-se assim o conhecido processo de «*report*», definido por Delisle como uma «opération du processus cognitif de la traduction consistant à transférer tout simplement du TD dans le TA des éléments d’information qui ne nécessitent pas ou presque pas d’analyse interprétative.» (1993, p. 42) Este procedimento, aliás, é frequentemente explicitado logo nas primeiras aulas de Tradução, com vista a alertar os estudantes para casos em que traduzir determinados nomes próprios levaria a graves erros de compreensão, como aconteceria se se tentasse fazer equivaler publicações com nomes como *Le Monde* e *El Mundo*, ou *L’Express* e *Expresso*, por exemplo.

De resto, os títulos e as designações de marcas são provavelmente o domínio em que o processo de *report* mais se utiliza nos nossos dias – e se não causa nenhuma estranheza ver surgir inalterado em textos traduzidos para diferentes línguas um nome como *Peugeot*, *Nutella* ou *The Famous Grouse*, a manutenção

* Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto Politécnico do Porto e investigadora no Centro de Estudos Interculturais (CEI/ISCAP).

de um título como o de séries televisivas americanas em inglês quando difundidas em canais de países não-anglófonos, como *The Walking Dead* ou *The Good Wife* (ou seja, um título constituído por um sintagma cujo núcleo é um nome comum), parece ser um procedimento recente, apenas compreensível num contexto em que o título surge como uma marca de um produto comercial, inequivocamente identificável em qualquer canto do mundo – mas extensível aos casos de programas dirigidos a um público infantil, como *My Little Pony* ou *Monsters High*.

Contudo, não parece ter sido esse caso particular de nomes próprios a estar no centro das reflexões de autores como George Moore, para quem essa classe de palavras é indiscutivelmente intraduzível, ou mesmo como Georges Mounin, igualmente defensor da manutenção dos nomes próprios no texto traduzido, ainda que abrindo espaço para casos particulares (quando um nome próprio estrangeiro já tiver uma forma adaptada à nova língua, aceite e utilizada comumente pelos falantes) (*apud* Ballard, 2001, p. 15). Com efeito, e apesar que haver diferentes tipologias dessa classe de palavras, que incluem categorias como realidades culturais e históricas, produtos e marcas comerciais, títulos de livros, revistas ou obras de arte e designações de instituições diversas, pensar em nomes próprios quase sempre implica pensar especificamente em antropónimos e topónimos, uma vez que são essas categorias que mais questionações levantam aos tradutores. Mais ainda, a prática tradutiva mostra frequentemente que a questão geral dos nomes próprios é muito mais complexa do que se poderia pensar, pois está longe de suscitar apenas uma escolha binária rígida e taxativa (traduzir ou não traduzir), que o tradutor possa fazer antes de começar o seu trabalho. Com efeito, é comum que um só texto, seja literário ou não, levante simultaneamente diferentes problemas relativos a nomes próprios, que, possivelmente, levarão o tradutor a tomar diferentes decisões, todas elas justificáveis de maneiras diversas, como veremos.

Duas perspetivas genéricas guiam esta questão da tradução (ou da traduzibilidade) dos nomes próprios: por um lado, a noção do respeito pelo texto original e pelas formulações do autor, que a tradução deverá conservar; por outro, a noção de que as escolhas a operar na tradução são limitadas, ou conduzidas, pelas características de cada tipo de texto e da situação comunicativa em que ele surge, nomeadamente no aspeto do novo leitor a que o texto traduzido se dirigirá.

A primeira dessas questões é particularmente importante no âmbito dos textos literários e tem a sua principal formulação nas reflexões de Antoine Berman sobre a chamada «*traduction ethnocentrique*», quando alerta para os perigos da «domesticação» de um texto, que, alegando estar ao serviço da

capacidade de compreensão e de descodificação do novo leitor, acaba por desvirtuar as características essenciais do texto original e as especificidades estilísticas do seu autor (cf. Berman, 1999). Traduzir nomes de personagens num romance, por exemplo, será portanto absolutamente inadmissível; pior ainda será substituir um topónimo por um outro mais próximo da realidade cultural do leitor-alvo, ou proceder a um qualquer tipo de adaptação linguística e cultural. Tais procedimentos eram contudo muito comuns na tradução de obras narrativas até há umas décadas atrás; hoje, a prática da tradução literária parece encaminhar-se decididamente para o respeito pelas designações originais, ainda que por vezes seja necessário recorrer a processos de glosa ou de clarificação para que a descodificação do sentido pleno do texto não seja perturbada. No entanto, isso não impede que o tradutor se veja confrontado com diferentes problemas e com a necessidade de recorrer a diferentes soluções.

A segunda questão – que, como se vê, pode colocar-se ao mesmo tempo que a primeira – implica um ponto de vista prévio ao trabalho de tradução propriamente dito. O objetivo, ou a função, do texto traduzido será necessariamente tido em conta e poderá justificar diferentes procedimentos tradutivos: no caso de um texto informativo que inclua um nome próprio cujo alcance referencial o novo leitor dificilmente deterá e que não é particularmente relevante para o funcionamento geral desse texto, tal nome próprio poderá ser neutralizado, adaptado ou omitido, se o tradutor entender que desse modo a compreensão do texto fica preservada; contudo, se esse mesmo nome próprio for um elemento determinante na informação contida no texto e na sua significação geral, os procedimentos tradutivos terão de ser necessariamente outros. O mesmo se passará se estivermos perante situações como a tradução de um livro infantil, a de um texto de índole publicitária ou a legendagem de uma série de ficção televisiva.

Neste trabalho, debruçamo-nos apenas sobre as questões relativas à tradução de antropónimo e de topónimos. Em ambos os casos, pretendemos apontar diferentes questões que obrigam o tradutor a uma decisão consciente que não é puramente uma decisão linguística.

1. Topónimos

A restrição apontada por Mounin acerca da tradução ou da manutenção do nome próprio parece ser facilmente aplicada ao caso de topónimos. Ao traduzirmos para português um texto originalmente escrito em inglês,

não surpreenderá que *London* passe a *Londres*, mas que *Birmingham* seja alvo de um processo de *report*, na medida em que o primeiro caso reflete um uso total da forma «aportuguesada» pelos falantes portugueses, que estranhariam a manutenção da designação inglesa no texto traduzido. De resto, esta é uma questão que não se restringe ao caso específico dos topónimos, antes abarca qualquer caso que implique um vocábulo de origem estrangeira, e, em geral, o tradutor terá de utilizar ou o termo original ou a forma já consignada e habitual no sistema linguístico para o qual traduz, sem que isso dependa de uma verdadeira escolha sua.

Além disso, os topónimos estão naturalmente sujeitos às mesmas regras de funcionamento de todo o léxico de uma língua, nomeadamente às flutuações de uso, o que implica que uma determinada designação toponímica terá toda a razão de ser numa determinada época, mas que poderá posteriormente cair em desuso, ao ser substituída pela forma original ou por outra forma resultante de diferentes processos de criação lexical. Hoje, nenhum falante do português europeu deixará de estranhar os topónimos *Cambrígia* ou *Francoforte*, que, contudo, se encontram registados em muitos textos escritos na primeira metade do século XX, e *Bombaim* vê-se frequentemente substituído, em textos jornalísticos ou em legendas de programas televisivos, por *Mumbai*.

Mais problemática é a questão de topónimos mais específicos, como os nomes de ruas ou locais concretos dentro de povoações, que frequentemente obriga o tradutor a um processo de reflexão antes de tomar a decisão final – não tanto por causa do nome próprio nele contido, mas do nome comum que com ele constrói a verdadeira unidade lexical. Uma qualquer *Cromwell Street* poderá transformar-se em *Rua Cromwell*, mas o mesmo não acontecerá tão facilmente com *Harley Street* ou com *Downing Street* – expressões toponímicas, sem dúvida, pois designam um referente de ordem geográfica, mas, simultaneamente, expressões carregadas de significados e de ressonância cultural, que a tradução do nome comum nelas incluído perturbaria.

De resto, nos nossos dias, e no nosso país, parece ser facilmente aceite a manutenção de topónimos deste género no texto traduzido, seja ele de cariz literário ou não, sobretudo se as referências tiverem a ver com os universos linguísticos do inglês e do francês. A referida e inidentificável *Cromwell Street* poderá passar assim mesmo para o texto português, tal como um possível *Cromwell Square*, ou, no campo francês, uma *place Michelet* ou um *Boulevard des Capucines*, suscetíveis de aparecerem igualmente na tradução de um romance ou na de uma reportagem originalmente publicada num jornal estrangeiro, pois será de esperar que os seus leitores aceitem e decodifiquem facilmente

tais expressões. Tal não impede, porém, que, no mesmo texto, o tradutor opte por utilizar designações traduzidas, como *Campos Elísios* ou *Tulherias*, se entender que essas são as designações mais adequadas àquela situação concreta. Mais ainda, é muito provável que o tradutor de um texto francês para português hesite entre a manutenção e a tradução de referências como *rue* ou *avenue*, ou que dê consigo mesmo a fazer tal opção inconscientemente.

Com efeito, cada trabalho de tradução implica uma determinada tomada de posição por parte do tradutor, que, por sua vez, depende não só do próprio texto a traduzir (do ponto de vista das suas características essenciais, da informação que veicula, dos objetivos que persegue, da dimensão estilística em que se exprime), mas também da nova situação proporcionada pelo texto traduzido a novos leitores. Colocado entre estes dois polos essenciais do ato tradutivo, que frequentemente dinamizam forças contraditórias entre si, o tradutor terá de assumir uma posição mediadora, encarando o seu trabalho como uma *negociação*, nas palavras de Umberto Eco (cf. 2005, p. 15), que exige a opção por práticas por vezes diferentes, mas provavelmente justificáveis desse ponto de vista.

2. Antropónimos

As mesmas considerações gerais podem aplicar-se aos antropónimos, ainda que estes frequentemente levantem problemas específicos, dada a vastidão de contextos em que aparecem. Além disso, a situação de partida pode ser diferente conforme se trata de antropónimos relativos a pessoas reais ou a personagens fictícias. É nestas duas dimensões que vamos traçar as reflexões seguintes.

2.1. Pessoas reais

De modo geral, pode considerar-se que estamos perante mais um caso indiscutível de aplicação de *report*, em primeiro lugar porque os nomes de pessoas funcionam como a sua principal identificação, não podendo portanto ser de algum modo alterados, e em segundo porque a generalidade dos apelidos nem sequer tem correspondência de língua para língua. Esta questão só pode ser discutível relativamente a nomes próprios que, dentro de diversas línguas que partilhem uma forte e antiga tradição cultural, tenham a mesma origem, como veremos mais adiante. Contudo, nem sequer este facto justifica,

nos nossos dias, a tradução de antropónimos, pelo que nomes como *Tony Blair*, *Jean-Luc Godard* ou *Angela Merkel* manter-se-ão naturalmente inalterados em textos traduzidos.

Há casos, porém, em que tal não se verifica. O mais visível será o da designação do chefe da Igreja Católica, que, pelo seu papel de referência para uma multitude de fiéis dispersos por muitos países do mundo e conseqüentemente falantes de muitas línguas, obriga à escolha de um nome constante da tradição cristã, ela própria desde cedo reguladora da atribuição dos chamados *nomes de batismo* ou, precisamente, *christian names*. Assim, cada novo Papa escolhe um nome, pela primeira vez ou na senda da escolha de Papas anteriores, que será facilmente adaptado a cada língua, uma vez que estará inserido numa tradição já reconhecida – o que explica que o nome adotado pelo Cardeal Ratzinger em 2005 seja, em português, Bento e não Benedito, como parecia ser a tradução mais imediata das formulações latina e italiana.

Esta tradução do nome do Papa é obviamente uma questão particular, não comparável à tradução dos nomes civilmente atribuídos a qualquer cidadão. Nos nossos dias, há contudo uma situação de algum modo semelhante, que diz respeito, no mundo ocidental, aos nomes próprios de membros das famílias reais – e que, como o nome do Papa, é constituído apenas por um nome de batismo. Assim, é comum referir-se em Português a rainha Isabel de Inglaterra, a princesa Carolina do Mónaco ou o rei Filipe de Espanha, o que se explica pela fácil correspondência com nomes próprios igualmente comuns nas línguas originais e na língua portuguesa. A tendência para a manutenção do nome original parece porém cada vez mais visível: os quatro reis ingleses que usaram o nome William são conhecidos entre nós como *Guilherme*, mas o mesmo não acontece com o atual herdeiro do trono da Grã-Bretanha, que em português é muito frequentemente designado por *príncipe William*; do mesmo modo, o seu filho, George, é conhecido pelo nome original, apesar de existir um correspondente português muito próximo e muito comum.

A maior ou menor proximidade temporal dos elementos referidos pode também levar a diferentes escolhas (ou obrigações) na tradução. Muitas personagens da História são referidas em cada língua por designações diferentes entre si e diferentes da original, sobretudo se já tiver decorrido muito tempo desde a existência delas e se o seu nome tiver sido alvo de uso frequente, em diferentes contextos ou situações – e sobretudo se, mais uma vez, esse nome consistir numa palavra só, nome de batismo ou apelido. Numa tradução para português, fará mais sentido usar as designações *Carlos Magno*, ou *Miguel Ângelo*, ou *Napoleão*, pois seriam certamente essas as usadas num texto originalmente

escrito nessa língua. Em sentido inverso, é igualmente natural que, em obras traduzidas do português para o francês, surjam os antropónimos *Camoens*, ou *Magellan*, pois é assim que tais figuras históricas são referidas e conhecidas no âmbito da cultura francesa.

A tradução de nomes próprios com origem em culturas cujas línguas utilizam outros alfabetos pode também proporcionar diferentes formas: o presidente russo é designado como Putin em português, em inglês, em espanhol, mas como Poutine em francês; Boris Ieltsine, na formulação portuguesa, corresponde a Eltsine em francês e a Yeltsin em inglês e em espanhol. Qualquer tradutor terá naturalmente de estar atento a estas questões e de procurar conscientemente a solução para os casos concretos com que depara.

2.2. Personagens de ficção

Os mesmos pressupostos conduziriam as atitudes do tradutor face aos antropónimos existentes em textos de ficção: na medida em que esses nomes próprios designam e particularizam uma personagem, não deveriam ser traduzidos, a não ser que uma determinada formulação na nova língua tenha já ganho importância identificativa. Ou seja, nomes como Elizabeth Bennet ou Jean Valjean são objeto de *report*, mas será admissível que hoje um tradutor utilize as designações *Romeu* ou *Julieta* para se referir às personagens de Shakespeare, pois é por essa formulação que tais personagens são conhecidas e referidas no mundo da língua portuguesa. Mais uma vez, o peso de uma tradição no uso comum de determinados nomes próprios será determinante nas escolhas do tradutor.

O primeiro aspeto, porém – a manutenção do processo de *report* –, pode não ter sido tão evidente em todas as épocas. Até há pouco tempo, nas traduções de obras ficcionais para português, era frequente assistirmos à tradução dos nomes de batismo que tivessem um correspondente próximo na nossa língua, mantendo-se necessariamente todos os outros, incluindo todos os apelidos, na forma original. Por exemplo, numa edição de 1982 de *Notre-Dame de Paris*, tal sucede com as personagens principais Claude Frollo e Pierre Gringoire, cujos nomes próprios passam respetivamente a Cláudio e a Pedro, mas também com uma profusão de personagens de menor relevância na narrativa, como Gilberto de Suilly, Joaquim de Ladehors, Luís Dahuille, Lamberto Hocement, Cláudio Choart, entre muitos outros; o nome de Esmeralda, dada a coincidência com a correspondente grafia em português, integra-se tal e qual na tradução

portuguesa; quanto ao de Quasimodo, é traduzido para *Quasímodo*, uma vez que este nome próprio surge da adaptação de um termo comum já existente tanto na língua francesa como na portuguesa (a designação litúrgica do primeiro domingo depois da Páscoa). A tradução dos nomes próprios, nesta obra, vai ao ponto de, na apresentação da personagem Pierre Gringoire e da comparação que o narrador faz dela com o autor de *Le Cid* (logo, com uma personagem real), se referir este último como *Pedro Corneille*.

Em duas traduções realizadas por diferentes tradutores, uma na década de setenta e outra na de oitenta do século XX, da obra de Goethe *Die Leiden des jungen Werthers*, traduzem-se para português não só os nomes de Lotte e Albert (Carlota e Alberto), mas também os de outras personagens menores, como Wilhelm (Guilherme), Philipps (Filipe), Hans (João). Do mesmo modo, na tradução da década de setenta de *Guerra e Paz*, de Tolstoi, inúmeros nomes de batismo são traduzidos: André, Nicolau, Maria, Pedro identificam personagens russas, mantendo-se naturalmente os patronímicos e os gentílicos (por exemplo, Ana Mikailovna Drubetzkaia); contudo, mantêm-se no original outros nomes próprios, alguns talvez por não terem um equivalente tão próximo ou tão comum em português, como Ilia ou Vassili, por exemplo, outros, como Mikail, sem razão aparente. É igualmente respeitada a manutenção de diminutivos originais (Nikoluchka, Nikolenka, Pétia, Katicha).

O procedimento geral da tradução para português de *Guerra e Paz* publicada em 2005 parece ser mais homogêneo, na medida em que se verifica a manutenção de todos os antropónimos – a começar pelo nome do autor, tradicionalmente conhecido como *Leão Tolstoi* e que aqui surge como *Lev Tolstói*. Assim, as personagens acima referidas retomam as designações originais, Andrei, Nikolai, Mária e Pierre, e respeitam-se os usos frequentes de alguns desses nomes em francês, tal como o autor fez. Os gentílicos e os patronímicos que, como vimos, são objeto de *report* já na tradução mais antiga, são aqui, contudo, alvo de uma reformulação ortográfica, mais próxima da pronúncia e da escrita russas (por exemplo, «Ana Mikailovna Drubetzkaia» surge na tradução de 2005 como «Anna Mikháilovna Drubetskaia»).

Estamos, portanto, perante uma tradução que evita qualquer tendência à *domesticação*, privilegiando a proximidade ao texto original e ao estilo do autor, tanto mais que é feita diretamente a partir do russo, e não, como aconteceu frequentemente no caso de muitas obras de escritores dessa língua, a partir de outras traduções já existentes em francês ou em inglês. Tal característica é igualmente visível na manutenção, no texto português, de diálogos ou passagens bastante longas em francês, visto assim aparecerem no original, que reproduz

as trocas comunicativas de personagens da aristocracia russa habituadas a conversarem ou a trocarem cartas integralmente em francês. Na tradução mais antiga, essas passagens surgem já em português, embora destacadas a itálico, para se distinguirem daquelas escritas originalmente em russo; na tradução mais recente, recorre-se à tradução para português desses excertos franceses em nota de rodapé. Assim, tenta-se um equilíbrio entre a legibilidade do texto para o novo leitor (ainda que as notas de rodapé possam perturbar um pouco o ritmo da leitura) e o respeito pelo texto original.

Pode pensar-se que a tradução dos nomes próprios na literatura tenha a ver com um contexto mais alargado, no qual a intenção primeira das casas editoras seria a aproximação de obras literárias (particularmente, como nos casos acima referidos, de clássicos da literatura) a um público leitor muito vasto, que, presumivelmente, precisaria da intercessão do tradutor para aceder ao alcance cultural, contextual ou significativo nelas presente – ou, se não para aceder, para mais facilmente o aceitar. Esta hipótese faz sentido se pensarmos que as edições acima referidas se incluem em coleções destinadas ao grande público, como os Livros de Bolso Europa-América, a coleção de pequeno formato «Os Livros Imortais» da Guimarães Editores ou os Livros RTP da Editorial Verbo. Contudo, não é claro que assim aconteça, ou que essa atitude tradutiva derive de um posicionamento voluntário e assumido. As convenções no uso das línguas alteram-se, logo a prática de tradução altera-se também, e a questão dos nomes próprios parece ser fulcral nessa mudança. Se hoje muitos leitores estranham a tradução de nomes próprios de personagens de romances, provavelmente isso deve-se não tanto a uma reflexão alargada sobre os propósitos e os objetivos da tradução, mas sobretudo ao facto de esses mesmos leitores estarem habituados a que as personagens dos filmes ou das séries televisivas mantenham, nas legendas ou nas dobragens, os nomes originais, mesmo que estes provenham de línguas muito diferentes da sua ou que lhes sejam completamente desconhecidas; de resto, num tempo em que a informação circula muito rapidamente a nível global e em que qualquer pesquisa ou busca de informação se faz por via informática, poderá parecer até mais útil e eficaz reter uma designação original, seja antroponímica, seja toponímica.

No entanto, e apesar de determinadas tendências que pareçam conduzir as práticas tradutivas e as opções editoriais, continuamos a encontrar, no nosso país, diferentes atitudes: em 2012, foi feita uma nova edição de *Notre Dame de Paris*, pela mesma editora que publicara esse romance trinta anos antes, mas utilizando a mesma tradução – logo, mantendo os mesmos procedimentos tradutivos, a nível da adaptação para português de todos

os nomes próprios possíveis; uma nova tradução de *Werther*, publicada em 2014, opta já pela manutenção da generalidade dos nomes de batismo em alemão, mas, curiosamente, apresenta traduzidos os de algumas personagens, como Philipps, que passa a Filipe, e, mais ainda, recorre a hipocorísticos e diminutivos em português, como Malinha ou Lottezinha, em substituição de Malchen (de Amelie) e de Lottchen (de Charlotte) – o que poderá explicar-se por uma necessidade de fazer o leitor português apreender o sentido carinhoso transmitido pelo sufixo, que poderia perder-se num processo de *report*.

Estas hesitações entre a tradução ou a manutenção de antropónimos poderão ser ainda mais prementes no caso de obras de literatura infanto-juvenil, embora a tendência genérica que apontámos já acima também neste âmbito possa fazer-se notar: os jovens leitores portugueses dos anos sessenta e setenta habituaram-se a conhecer os mais famosos heróis de Enid Blyton como Júlio, David, Zé, Ana e Tim, ainda que tendo consciência de que se tratava de personagens inglesas, a viverem aventuras na Grã-Bretanha; os seus sucessores dos anos noventa e dois mil conhecem as personagens da saga Harry Potter ou do *Diary of a Wimpy Kid* pelos nomes originais ingleses (britânicos ou americanos), sejam eles próximos ou distantes de um equivalente português. Contudo, mais uma vez, a tendência atual para a manutenção dos nomes originais é contrabalançada pelo peso de uma tradição já instituída, o que explica que as mais recentes edições das aventuras dos Cinco ou das Gêmeas O’Sullivan no Colégio de Santa Clara recorram aos nomes das personagens tal como as gerações portuguesas anteriores os reconhecem. De resto, está ainda muito presente entre nós a reação surpreendida de muitos adultos portugueses que, subitamente, viram a personagem *Anita*, dos célebres livros infantis de Gilbert Delahaye e Marcel Marlier, passar a chamar-se *Martine* – que é, aliás, o seu nome original e já com várias décadas de existência. Esta decisão não coube ao tradutor, nem sequer ao editor português: a manutenção do nome original deve-se a uma vontade estratégica da editora francesa que detém os direitos de tais obras, com o intuito de, na linha de outras atitudes já aqui referidas, fazer do nome da personagem uma marca internacional – logo, não-traduzível, antes facilmente reconhecível em qualquer contexto linguístico e cultural. Foi também essa estratégia que fez uma outra personagem de Enid Blyton, o menino do chapéu de guizos do País dos Brinquedos, passar, em Portugal, de Nodi (naturalmente com acento na última sílaba) para Noddy, o seu nome original, que hoje qualquer criança muito pequena reconhece e reproduz com pronúncia inglesa.

Nesta questão, o caso mais interessante do ponto de vista das estratégias e dos contextos tradutivos reside na personagem conhecida pelas mais jovens gerações atuais, através de um célebre filme animado de 1992, como *Aladdin*. Referir-se a essa personagem como *Aladino* parecerá muito estranho, ou incompreensível, a muitos elementos dessas gerações – e contudo, foi por essa designação que muitas outras gerações anteriores de leitores portugueses conheceram tal personagem de uma história das *Mil e Uma Noites*, na qual o filme se baseia. A razão para o nome da personagem do filme da Disney não ser traduzido (nem, conseqüentemente, o título do filme) prende-se, mais uma vez, com uma intenção comercial estratégica, o que, de um ponto de vista, acaba por redundar num certo absurdo contextual: a atual designação universal dessa personagem tem claramente uma ressonância do inglês americano, quando o seu nome original é árabe, e já muito antigo, e inúmeras línguas tinham já um nome correspondente validado pelo uso. Contudo, a consequência pode ser, e será certamente, uma outra: *Aladdin* será o nome/marca associado a uma personagem desenhada concreta e à empresa que o configurou e registou como tal, e por isso intraduzível; *Aladino* será, em português, a designação mais abrangente para referir a personagem das *Mil e Uma Noites*, em qualquer outro texto ou situação.

3. Conclusão

Os exemplos apontados acima, ainda que muito restritos, parecem-nos exemplificar algumas das mais frequentes questões que se colocam ao tradutor no que diz respeito a nomes próprios. Se é certo que qualquer ato de tradução, qualquer texto a traduzir ou qualquer par de línguas com que se trabalhe exigem ao tradutor uma reflexão consciente acerca do ponto de vista em que deve colocar-se ou dos caminhos tradutivos que deve seguir, esta questão específica levanta efetivamente problemas diversos que poderão conduzir a diferentes resultados.

Assim, a ideia feita de que os nomes próprios não se traduzem não pode ser taxativamente tomada como regra, pois não faltam exemplos a comprovarem não o contrário absoluto («os nomes próprios traduzem-se»), mas antes a formulação «os nomes próprios às vezes traduzem-se, às vezes não», recobrando aqui a expressão temporal uma variedade muito grande de situações linguísticas, contextuais ou culturais. Ou seja, de algum modo, parece mais eficaz a formulação de Christiane Nord a propósito deste assunto: «There are no rules for the translation of proper names.» (2003, p. 184) Será esse ponto de partida

que mais facilmente ajudará o tradutor a encontrar as mais adequadas soluções para os problemas concretos relativos a nomes próprios que for encontrando no seu trabalho.

De resto, como vimos, esta é uma questão que frequentemente não depende só do tradutor: outros elementos participantes de todo o processo que envolve a tradução propriamente dita podem determinar a opção a tomar relativamente aos nomes próprios, como os detentores legais da designação (no caso de nomes de marcas comerciais, por exemplo) ou os editores do texto traduzido. Em qualquer caso, porém, caberá sempre ao tradutor a parte mais interessante da situação, pois terá de encarar cada nome próprio como um desafio naturalmente suscetível de levar a uma solução, mas, sobretudo, suscetível de levantar novos questionamentos sobre o inesgotável mundo das línguas e da tradução.

Referências bibliográficas

- BALLARD, Michel (2001). *Le Nom Propre en Traduction*. Paris: Ophrys.
- BERMAN, Antoine (1999). *La Traduction et la Lettre ou l'Auberge du Lointain*. Paris: Le Seuil. [Edição original: 1985].
- DELISLE, Jean (1993). *La Traduction Raisonnée*. Ottawa: Les Presses Universitaires d'Ottawa.
- ECO, Umberto (2005). *Dizer Quase a Mesma Coisa – Sobre a Tradução*. Lisboa: Difel.
- GOETHE [s.d.]. *Werther*. Tradução portuguesa de João Barreira. Lisboa: Editorial Verbo.
- GOETHE (1984). *Werther*. Tradução portuguesa de João Teodoro Monteiro. Lisboa: Guimarães Editores.
- GOETHE, Johann Wolfgang (2014). *A Paixão do Jovem Werther*. Tradução portuguesa de Teresa Seruya. Lisboa: Livro de Bolso
- HUGO, Victor (1982). *Nossa Senhora de Paris*. Tradução portuguesa de José da Natividade Gaspar. Porto: Livraria Civilização – Editora.
- NORD, Christiane (2003). Proper Names in Translation for Children: *Alice in Wonderland* as a Case in Point, *Meta: Journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, vol. 48, n.º 1-2, 2003, pp. 182-196.
- TOLSTOI, Leão (1973). *Guerra e Paz*. Tradução portuguesa de Isabel da Nóbrega e João Gaspar Simões. Lisboa: Publicações Europa-América.
- TOLSTÓI, Lev (2005). *Guerra e Paz*. Tradução portuguesa de Nina e Filipe Guerra. Lisboa: Editorial Presença.

TÍTULO: Sobre a tradução dos nomes próprios – algumas reflexões

RESUMO: É frequente considerar-se que os nomes próprios são um não-problema no contexto da tradução interlinguística: na medida em que estabelecem uma ligação exclusiva com um referente extralinguístico, não se traduzem, antes são diretamente transpostos do texto-fonte para o texto de chegada, operando-se assim o processo de «report». Tal situação é, contudo, facilmente contestada pela prática tradutiva, uma vez que os nomes próprios levantam uma grande variedade de problemas que não raro exigem do tradutor a opção por diferentes soluções. Neste trabalho, pretendemos refletir sobre algumas das principais questionações suscitadas pela tradução de nomes próprios na atualidade e sobre os diferentes caminhos que o tradutor pode tomar na resolução desses problemas.

TITLE: A Reflection on Translation Proper Nouns

ABSTRACT: The translation of proper nouns is often assumed as a non-problematic issue within the domain of cross-linguistic translation. Since proper nouns establish an exclusive relation with a non-linguistic referent, they are generally kept untranslated. Instead, they are directly uploaded from the source-text onto the target-text, as an instance of the «report process» in translation. Yet, such assumption is manifestly contradicted by the real practice of translation itself, as proper nouns raise a significant number of questions which challenge the translator's different, available options. In this paper, it is our aim to deepen our reflection, on the one hand, on the main questions involved with contemporary proper nouns' translation, and, on the other hand, on the different strategies made available nowadays to translators for them to cope with such questions.